

Joaquim  
Bairrão\*

A Dr. Espinho  
Borges com  
a amizade  
do  
Bairrão  
LX16-1-71  
MIPB  
S-18

## O ensino da Psicologia em Portugal: situação e perspectivas

*Nas Universidades portuguesas, a Psicologia não é ainda ensinada num corpo próprio de disciplinas, mas no quadro das licenciaturas em Filosofia. O seu ensino tem sobretudo em vista proporcionar aos futuros professores dos cursos secundários uma certa informação psicológica. Fora das Universidades, porém, multiplicam-se iniciativas e realizações — particulares ou oficiais — que demonstram que a necessidade social de um ensino universitário de Psicologia, devidamente estruturado e conducente a especializações, já existe em Portugal.*

### I — INTRODUÇÃO

#### 1. Considerações prévias

Diverso era o nosso intento e propúnhamos outra via para o problema que nos foi dado como tema de reflexão.

Assim, começar-se-ia com um inquérito sobre o ensino de Psicologia em Portugal, dirigido aos professores universitários dessa disciplina e a outras entidades particulares ou oficiais que

---

\* Joaquim Belo BAIARRÃO RUIVO — Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras de Lisboa. Ex-Assistente do Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Calouste Gulbenkian. Director do Centro de Observação Médico-Pedagógica do I. A. M. Membro da Sociedade Portuguesa de Psicologia. Ex-estagiário do Laboratório de Psicopatologia do Hospital Henri Rousselle. Diplomado em Psicopedagogia Especial pelo Instituto de Psicologia da Universidade de Paris. Prepara o doutoramento do 3.º ciclo da mesma Universidade.

de tal ensino se ocupam, bem como às sociedades científicas ou profissionais que agrupam os psicólogos, para aí auscultar testemunhos e opiniões susceptíveis de elucidar o nosso problema. Tal via não nos foi por agora possível, dela tendo restado apenas uma carta dirigida pelo Gabinete de Investigações Sociais aos professores de Psicologia das Faculdades de Letras e de Medicina do País, onde se puseram várias questões sobre ensino, programas, instituições anexas, com o fim de constituir uma base material para tão difícil empresa: o estudo da situação e das perspectivas do ensino de Psicologia em Portugal.

Limitámo-nos, pois, essencialmente a tentar localizar fontes e reunir legislação, sabendo de antemão que não seríamos exaustivos e que, de um modo geral, apenas situaríamos o problema para futuras indagações.

Entendemos, porém, que um estudo desta natureza deverá reportar uma introdução histórico-epistemológica, ainda que muito breve, de Psicologia, sondando as suas principais tendências, etapas históricas e relações com outras disciplinas. Numa palavra, o estado actual da Psicologia, não só no estrangeiro, mas também entre nós. O esboço que daremos será necessariamente muito incompleto e ligar-se-á a certas preocupações epistemológicas nossas, já noutra lugar esboçadas.

Tentaremos articular neste esquema o Ensino de Psicologia nas Universidades Portuguesas, referindo-nos sobretudo aos planos de estudo das Faculdades de Letras e de Medicina. Referiremos ainda outros planos de estudo onde a Psicologia se inclui, sobretudo ao nível superior ou de pós-licenciatura. Na medida do possível, consideraremos os problemas e as perspectivas, nesta ciência, tendo em mente o referido esquema conceptual da Psicologia Contemporânea ou de algumas das suas principais tendências, tentando ver qual ou quais as soluções seguidas no estrangeiro, para que seja possível reflectir sobre o caso português.

Um artigo deste tipo é necessariamente incompleto. Dever-se-á, pois, em estudos seguintes, dividir a tarefa por grupos que se ocupem da Psicologia Escolar, da Psicofisiologia, Psicologia Patológica, etc., indagando mais de perto o que entre nós existe e propondo recursos ou fontes para um estudo prospectivo e prognosticante. Ao referirmo-nos a tais grupos de trabalho, temos em mente a tentativa do «Groupe d'Etudes de Psychologie de l'Université de Paris», que em 1957 tão seriamente se ocupou desse assunto e traçou a situação da Psicologia em França, do seu ensino e dos seus principais problemas e aspirações.

## 2. Aspectos epistemológicos e históricos

Tempo houve em que Filosofia e Psicologia se encontravam unidas. A Psicologia surgia não diferenciada, embora uma tal diferenciação fosse operável a partir de determinado período que podemos *grosso modo* limitar: fins da 1.<sup>a</sup> guerra mundial, fins da 2.<sup>a</sup> guerra mundial.

No entanto, razões várias persuadiam a incluir a Psicologia nos planos de estudos de Filosofia. Para tal situação contribuiu sem dúvida uma artificial divisão entre Ciências da Natureza e Ciências do Espírito. Na realidade o que acontecia era que uma Psicologia ainda hesitante do seu estatuto, ora se apoiava a este, ora àquele ramo do saber, confundindo-se por vezes com esses mesmos corpos teóricos ou proto-teóricos.

A possibilidade de uma linguagem única em Psicologia, como na Física ou na Química, está talvez ainda longínqua, mas tal não é óbice para limitarmos conceptualmente a Psicologia a este ou àquele ramo do saber. Pelo contrário, dada a pluralidade de teorizações, linguagens e métodos, nada melhor do que estudá-la sob todos esses ângulos, até que para os múltiplos planos se encontrem invariantes ou estruturas, que, como já salientámos algures<sup>1</sup>, possam estabelecer pontes que levem à formação de corpos teóricos mais uniformes. Como dizia CURVELO, «o desenvolvimento da Psicologia não traz novos objectivos para essa ciência, mas apenas determinação de condições diferentes de interpretação para relações invariantes pesquisadas na análise do objecto comum».

Que o leitor nos faça justiça e compreenda que a nossa perplexidade e ignorância sobre a natureza dessas invariantes é tão grande que, por agora, apenas podemos levantar tais problemas ou salientar as escolas que os estudaram. Mas, repetimos, a perplexidade sobre esse porvir, que torna incerta a futura teoria e prática da Psicologia, levou KOEHLER a afirmar que o estádio actual desta Ciência mais não dará do que uma pálida ideia do seu estatuto futuro. Na realidade, a Psicologia espera o seu ENSTEIN que unifique numa linguagem mais unívoca tais múltiplos planos e métodos.

As actuais aporias da Psicologia — o qualitativo e o quantitativo, causalidade-determinismo, níveis da causalidade, determinismo-probabilístico, estrutura, etc. — são outros tantos problemas que, se por um lado mostram as dificuldades por que passa esta jovem ciência, revelam, por outro, uma paradigmática fecundidade, fermento estimulador para a razão que, prosseguindo o seu caminho, nos levará à criação das bases duma Psicologia científica.

<sup>1</sup> BAIRRÃO, J. — *Linguagem e Meta-Linguagem (Introdução ao Problema do método em Psicologia Infantil)*, a publicar.

Com FRAISSE, repetimos que o termo Psicologia se aplica, por vezes, ao método utilizado (Psicologia experimental, comparada, clínica, etc.) e, noutras circunstâncias, ao domínio estudado (Psicologia fisiológica, animal, social, patológica, genética) e, por vezes ainda, denota teorização ou proto-teorização, como é o caso duma Psicologia dita behaviorista, gestaltista, analítica, etc.

Assim, o caminho para uma «unidade», se tal termo tem desde já algum sentido, está longínquo e apenas vislumbramos alguns dos obstáculos que será necessário transpor: a busca de invariantes, a passagem de vários níveis a um só (longe, claro está, dos espectros do reducionismo, do paralelismo e do dualismo), que se deve realizar por comparação de escolas e de linguagens, através duma convergência interdisciplinar. Daí, e em nosso modesto critério, a razão maior de um ensino da Psicologia *de si para si*, mesmo que vários sejam os modelos ou as ciências que contribuam para constituí-la.

Alguns autores preocuparam-se entre nós com problemas que agora esboçamos. Nada de novo julgamos aduzir à valorosa contribuição de Edmundo CURVELO (1946, 1950) ou à fina análise de BARAHONA FERNANDES (1966), sobre a Psicologia e seu ensino. Igualmente e numa perspectiva histórica, Sílvio LIMA (1949), num rápido esboço da Psicologia em Portugal, aduz um quadro que é de grande importância para o estudo deste problema. Nesse escrito podemos encontrar as raízes de determinadas orientações que a Psicologia alcançou ou não entre nós. BARAHONA FERNANDES, na «Sessão inaugural das Actividades Científicas da Sociedade Portuguesa de Psicologia», referiu-se concretamente ao ensino da Psicologia em Portugal, dizendo: «É certo que há cadeiras e cursos de Psicologia nas Faculdades de Letras (secção de Filosofia e Ciências Pedagógicas), e de Medicina, desde 1956, agora já todas representadas nas três Universidades da Metrópole e nos Estudos Gerais Universitários e também no Curso Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, no Instituto de Altos Estudos Militares e também, ainda, nos Cursos de Psicotécnicos do Instituto de Orientação Profissional, de Professores de normais e anormais no Instituto Costa Ferreira, de assistentes sociais e de enfermeiras e outros. Com carácter particular criou-se, há pouco tempo, o Instituto Superior de Psicologia Aplicada, e a Universidade Católica» (...) «mas falta-nos uma licenciatura em Psicologia e a correlativa agregação e habilitação especial ao professorado de nível superior (...)».

Também no autor citado é patente uma preocupação metodológica: qual o espírito dum tal ensino? Ou, mais simplesmente, quais as suas características? BARAHONA FERNANDES propõe uma abordagem pluridisciplinar, com que não podemos deixar de estar

de acordo, embora a perspectiva deste autor seja diferente da nossa.

No termo desta introdução cabe citar de novo Edmundo CURVELO, que em 1944, nos falava já do ensino da Psicologia e propunha uma nova via para tais estudos. Referindo-se ao Ensino da Psicologia numa Faculdade de Letras, o autor salientava o perigo de fazer incorrer a Psicologia num espírito historicizante e filosófico e acrescentava: «...a Psicologia não é mais literária, genética ou filosófica do que qualquer outra das chamadas ciências da Natureza». Para Curvelo, como para nós próprio, a Psicologia deverá ser estudada também «em contacto directo com determinados ramos da Biologia e, em certos dos seus subdomínios, numa Faculdade de Medicina e numa Escola de Medicina Veterinária».

Recordemos que a actual reforma do Ensino da Psicologia em França se lança numa via de aproximação pluridisciplinar, próxima do esquema de CURVELO e da nossa própria concepção, ensinando-se ao futuro psicólogo, além da Matemática, a Biologia, a Filosofia, a Lógica, a Sociologia, a Informática, a Linguística, a Zoopsicologia, etc.

Um ensino da Psicologia que não tiver em conta uma múltipla abertura não poderá, com efeito, em nossa opinião, preparar bons técnicos e cientistas, e não poderá pretender uma boa prática que dignifique a ciência e sirva verdadeiramente o Homem.

## II — O ACTUAL ENSINO DE PSICOLOGIA NAS UNIVERSIDADES, NOUTROS CURSOS OFICIAIS E PARTICULARES E EM CURSOS DE PÓS-GRADUADOS

### 1. Introdução: o ensino da Psicologia nos liceus e cursos médios

Antes de falarmos do ensino da Psicologia na Universidade, devemos referir, embora de modo muito breve, o ensino da Psicologia nos liceus e nalguns cursos médios.

Dum modo geral, diremos que, no que se refere aos cursos liceais, a Psicologia neles incluída obedece a um esquema, hoje ultrapassado, duma *Psicologia* de faculdades, que torna difícil um ensino desta ciência, a nível secundário, que possa vir a estabelecer um elo de ligação com os futuros cursos superiores de Psicologia. (Mas não querendo entrar na matéria de reflexão doutros colaboradores desta colectânea de estudos sobre a Universidade, referiremos apenas que a divisão entre Letras e Ciências, que se opera após o curso geral dos liceus (5.º ano), de modo algum favorece a formação das bases científicas necessá-

rias para uma adaptação curricular futura. Assim, parece-nos que o futuro candidato à licenciatura em Psicologia deveria trazer do liceu uma formação mista que não só abrangesse a Filosofia, mas incluísse também a Psicologia (ou os dados menos controvertidos desta ciência), a Matemática, a Biologia, a Física e a Química.

Salientamos que, no Instituto de Psicologia da Universidade de Paris, os candidatos ao diploma de psicólogo encontravam maiores dificuldades nas disciplinas como Estatística, Psicofisiologia, se não possuíam o Bac. Sciences Expérimentales ou o Bac. Mathématiques Élémentaires. No entanto, o Bac. Philosophie inclui matérias científicas, como físico-químicas, matemáticas e biologia.

Virá a propósito notar que, em Portugal, a Psicologia ensinada a um nível não universitário enfrentará problemas idênticos e só poderá ser dada, nas condições actuais, numa forma que, a nosso ver, achamos pouco profunda e satisfatória.

(Segundo F. F. MACHADO) lembraremos que existem cadeiras de Psicologia nos seguintes cursos: Magistério Primário, Magistério Infantil, Escolas de Educadoras de Infância, Curso de Jardineiras Infantis, Curso de Enfermagem Geral e em certas carreiras ligadas ao Ministério da Justiça e ao Ministério da Saúde e Assistência.

## 2. O Ensino da Psicologia nos planos de estudos das Faculdades de Letras<sup>2</sup>

### a) Legislação de 1911

Na reforma de 1911, a Psicologia Experimental é incluída na secção de Filosofia e tem a duração de um semestre. O legislador prevê aulas magistrais (lições), trabalhos práticos e «exercícios de investigação científica». Assim, haverá um «Laboratório de Psicologia, como auxiliar indispensável dos estudos de Filosofia e dos Estudos Pedagógicos da Escola Normal Superior». Os trabalhos práticos executados no Laboratório de Psicologia são obrigatórios e «os alunos que faltem a  $\frac{2}{3}$  dos respectivos exercícios perderão a inscrição no Curso de Psicologia experimen-

<sup>2</sup> Os textos legais que regem tal ensino parecem poder indicar-se sucintamente: — Decreto com força de Lei de 19 de Abril e 21 de Maio de 1911; — Lei Orgânica: Decreto n.º 18 003, de 25 de Fevereiro de 1930 e Decreto n.º 18 374 de 22 de Maio de 1930; Regulamento — Aprovado por Decreto n.º 21 011, de 17 de Março de 1922, e n.º 21 472, de 16 de Julho de 1932; — Decreto-Lei n.º 41 341, 1957 — 30/X/1957.

tal». Haverá, além disso, uma prova escrita de Psicologia Geral e uma Prova oral de Psicologia Experimental. Para o grau de Doutor na Secção de Filosofia, além da Lógica, da História da Filosofia e da defesa duma dissertação, haverá a Psicologia Geral como matéria obrigatória.

Tal esquema manter-se-á nas legislações posteriores (1930, 1957), isto é: a Psicologia no âmbito da Filosofia.

Que dizer da legislação de 1911, do ponto de vista histórico? Sabemos que, nos Estados Unidos, na França, na Bélgica, na Itália e na Alemanha, houve desde muito cedo grande interesse e incremento no estudo da Psicologia, o que proporcionou a criação de laboratórios e cadeiras universitárias. Podemos, no entanto, anotar que um curso ou licenciatura em Psicologia, independente da Filosofia, só virá a efectivar-se nos anos 30, 40 ou 50, consoante os países considerados. A título de exemplo, diremos que, na Alemanha, os estudos de Psicologia no século XIX tinham já grande projecção. Bastará recordar WUNDT e a criação do Laboratório de Psicologia Experimental de Leipzig, em 1874. Também em 1880, MÜLLER, em Göttinger, e STUMPF, em Munich, seguirão o exemplo de WUNDT, e assim se foram criando laboratórios e centros de estudos em todas as universidades da Alemanha. Em 1903, funda-se a Sociedade Alemã de Psicologia Experimental e, em 1909, a Sociedade Alemã de Psicologia. Dum modo geral, na Alemanha, a separação da Filosofia e da Psicologia faz-se gradualmente e é sobretudo após a 1.ª Grande Guerra Mundial, com o aumento progressivo das cadeiras de Psicologia, que esta se torna autónoma e independente da Filosofia.

Na Bélgica, por volta de 1909 existe já uma Sociedade Belga de Pedotecnica. Sob o impulso de CHRISTIAENS, cria-se o «Office Communal d'Orientation Professionnelle»<sup>3</sup> e, em 1923, funda-se a «École d'Ergologie de Bruxelles», onde CHRISTIAENS será o primeiro titular da cátedra de Orientação Profissional.

Os Estados-Unidos da América do Norte terão, desde muito cedo, um ensino autónomo de Psicologia, graças a poderosas individualidades criadoras, como William JAMES, TITECHENER, CATTELL, WATSON. A Psicologia será desde então estudada em si e para si, dentro do estatuto universitário que lhe permitiu desenvolver-se quase com o mesmo ritmo das outras ciências.

Na Itália, é Giuseppe SERGI quem funda em Roma o Instituto de Antropologia e de Psicologia Experimental, onde se distinguiu mais tarde Sante DE SANCTIS, o fundador do Instituto de Psicologia da Universidade de Roma. Para alguns autores, a

<sup>3</sup> Sobre CHRISTIAENS, veja-se: Faria de VASCONCELOS, «Princípios Fundamentais do Método de A. G. Christiaens» — *Boletim do Instituto de Orientação Profissional*, Dezembro de 1938, n.º 26.

data de 1906 é talvez a certidão de nascimento da Psicologia em Itália, quando o mesmo Sante DE SANCTIS ocupa a nova cátedra de Psicologia Experimental, criada um ano antes nas universidades de Roma, Nápoles e Turim. Mas a Psicologia como ciência em Itália vai sofrer um rude golpe com o surto idealista de CROCE e GENTILE.

Das nações da Europa, talvez seja a Noruega a que mais precocemente deu um estatuto autónomo ao ensino da Psicologia. Na realidade ela tem lugar na Universidade desde os fins do século XIX. Duas datas merecem ser referidas no que a este país toca: em 1908, Anaton AALL funda o Instituto de Psicologia; desde 1901 que se pode obter na universidade o título de «Magister Artium» em Psicologia.

Em França, a Psicologia foi sempre considerada, quer nos Liceus, quer nas Faculdades, como um ramo da Filosofia e, até determinada época, era frequente ver-se um mesmo professor ensinando uma e outra disciplina. Com razão nos diz VOUTSINAS que a Filosofia foi o primeiro e grande centro de interesse da Psicologia e a esta ficará ligada até 1947. Em todo o caso, PIÉRON propõe, já em 1908, uma Psicologia em termos de comportamento (antes de WATSON, como se vê), sendo um promotor apaixonado da Psicologia Experimental. Assim, em 1901, funda o Instituto de Psicologia e, em 1908, vai criar o Instituto de Orientação Profissional. No entanto, apesar dos esforços de personalidades como PIÉRON, DUMAS e WALLON, só após a Segunda Guerra Mundial se cria um ensino autónomo de Psicologia. Em 1944, cria-se a cadeira de Psicofisiologia, e, em 1947, a licenciatura em Psicologia.

Vejamos agora o que ocorre entre nós, no mesmo lapso de tempo aproximadamente.

Seguindo Sílvio LIMA, diremos que os estudos psicológicos em Portugal podem distribuir-se historicamente por três períodos: o primeiro vai dos meados do século XIX ao início da 1.ª Guerra Mundial (1914); o segundo, de 1914 até 1941; o terceiro, de 1941 até à contemporaneidade.

Caracteriza-se o primeiro período por uma pura especulação teórica, que parece reflectir o clima ideológico da Europa do século XIX. É, pois, um período duma Psicologia associacionista, determinista, necessitária, de tipo causalitário e atomístico. Sílvio LIMA diz-nos desta Psicologia que ela é modelada pelas categorias mentais e pelas técnicas das ciências fisico-químicas e, do ponto de vista epistemológico, criticista e positivista. Facilmente se compreende, pois, que o interesse para a Psicologia venha pela «porta aberta» das outras disciplinas: Biologia, Neurologia, Psiquiatria. Salientam-se os nomes de Júlio de MATOS, Miguel BOMBARDA, Basílio FREIRE e Adolfo COELHO. Podemos por-

tanto apresentar o esquema-síntese do autor a que nós vimos referindo: a) tentativas de criação entre nós duma Psicologia científica-natural ametafísica e até antimetafísica; b) contribuição indirecta para esta disciplina das ciências médicas.

O segundo período, 1914-1941, caracteriza-se por um experimentalismo crítico e pelo médico-pedagogismo. Citam-se os nomes de António Aurélio da Costa FERREIRA, Faria de VASCONCELOS e Matos ROMÃO. Se atentarmos um pouco mais de perto nesta fase histórica da Psicologia em Portugal, não devemos deixar de citar três datas importantes, que são 1912-1914 (criação do primeiro laboratório de Psicologia experimental em Coimbra, por Alves dos SANTOS); 1925 (organização do Instituto de Orientação Profissional, por Faria de VASCONCELOS); e 1930 (criação do Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica, por Costa FERREIRA). Devemos ainda citar, em 1930, a actividade docente e científica de Matos ROMÃO, na Faculdade de Letras de Lisboa. Entretanto, a par desta via que podemos considerar experimental, uma outra via de Psicologia de tipo clínico individualizante concreto e fenomenológico criou o seu estatuto próprio, mas mais ligado às ciências médicas. O autor cita os nomes de Sobral CID e Eliseo de MOURA, António FLORES, Barahona FERNANDES, Diogo FURTADO e Correia de OLIVEIRA. Parece, pois, que, em síntese, este período se caracteriza por uma psicologia com estatuto científico laboratorial, analítico-naturalístico de estrutura wundtiana e fechneriana, ao lado duma outra dita abissal, hermenêutica e descritiva, inspirada em parte nas directrizes diltheyana e brenntiana.

O terceiro período, de 1941 aos nossos dias, é caracterizado sobretudo pelo facto de ser nesta data que Vítor FONTES remodela o Instituto António Aurélio da Costa Ferreira e pelas tendências duma Psicologia humanística compreensiva e bio-tipológica, que se reflecte na estrutura doutrinária e orgânico-metodológica do Instituto de Orientação Profissional, que, por essa altura, é dirigido por Oliveira GUIMARÃES. Cabe ainda referir a abertura do Hospital Júlio de Matos, em 1942.

Para Sílvio LIMA, «o principal progresso da Psicologia neste período deve-se, indirectamente, às ciências médicas». E sublinha: «a nossa psicologia 'universitária', vinculada às Faculdades de Letras de Coimbra e de Lisboa, não pôde ou não soube ainda — por motivos externos e internos e a despeito de um ou outro contributo pessoal de real valor intrínseco — (...) estruturar-se e laborar como órgão científico de cultura psicológica».

A propósito dos cursos de Ciências Pedagógicas das Faculdades de Letras, diz-nos Sílvio LIMA que tais cursos «foram criados em 1930 como instrumentos substitutos das antigas Escolas Normais Superiores (1911) e destinados à formação teórico-pedagógica dos professores do Ensino Secundário». No entanto, a

problemática suscitada por esses cursos é ainda a mesma e até certo ponto o ensino é erudito, e claro está, mesmo com cadeiras de Psicologia, ele visa a formação de pedagogos e não a formação de Psicólogos. E, por fim: «as nossas Universidades e Institutos, no tocante a este capítulo, têm enfermado da carência de poderosas individualidades criadoras à Wundt, Piéron e Michotte».

#### b) *A legislação de 1930 e 1932*<sup>4</sup>

Nesta legislação, a Psicologia inclui-se nos planos de estudos das secções 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup>, a saber: «Ciências Históricas, Geográficas e Filosóficas» e «Ciências Pedagógicas».

Nas disciplinas do 6.<sup>o</sup> grupo (Ciências Filosóficas) figura a Psicologia Geral — anual — e a Psicologia Experimental — anual. Nas disciplinas do 7.<sup>o</sup> grupo (Ciências Pedagógicas), a Psicologia Geral — anual — e a Psicologia Escolar e Medidas Mentais — anual. (Neste grupo inclui-se ainda a Pedagogia e Didáctica — anual —, a História da Educação, — anual —, a Organização e Administração Escolares — anual —, e a Higiene Escolar — semestral).

A Psicologia Geral incluía-se no 1.<sup>o</sup> ano da licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas e a Psicologia Experimental no 4.<sup>o</sup> ano dessa mesma licenciatura. Note-se ainda que estas duas disciplinas eram consideradas matéria de dissertação e a Psicologia Experimental era prova necessária para o exame de licenciatura.

Que dizer, pois, da Psicologia neste plano de estudos? No que respeita à Psicologia *num curso de Filosofia*, achamos que, dum modo geral, se pode aceitar um tal esquema: mas a reserva a fazer valerá até hoje, pois que, para preparar psicólogos, é necessariamente deficiente.

#### c) *A legislação de 1957 e de 1968*<sup>5</sup>

No quadro desta legislação, a Psicologia inclui-se no plano de estudos da nova licenciatura em Filosofia. No elenco das disciplinas destaca-se, no 1.<sup>o</sup> ano, *Introdução à Psicologia* (4 horas semanais: 2 horas de aulas teóricas e 2 horas de aulas práticas),

<sup>4</sup> Lei Orgânica — Decreto n.º 18 002, de 25 de Fevereiro de 1930, com alterações constantes do decreto n.º 18 344, de 22 de Maio de 1930. Regulamento — Aprovado pelo Decreto n.º 20 860, de 4 de Fevereiro de 1932, com alterações constantes dos Decretos n.º 21 011 de 17 de Março de 1932, e n.º 21 472, de 16 de Julho de 1932.

<sup>5</sup> Decreto n.º 41 341, de 20 de Outubro de 1957 (Vd. *Guia da Universidade de Lisboa*, 1964) e Decreto n.º 43 627, de 12 de Outubro de 1968.

e no 4.<sup>o</sup> ano, *Psicologia Experimental e Aplicada*, com o mesmo número de aulas.

Vemos, pois, que a Psicologia continua a não constituir uma licenciatura própria, e que a preparação do psicólogo é restrita, limitando-se a uma psicologia para filósofos ou educadores.

Note-se, porém, que a Psicologia pode, como qualquer outra disciplina do elenco daquela licenciatura, ser tema de tese para a obtenção do grau de licenciado em Filosofia. Para tal, o candidato terá, no 5.<sup>o</sup> ano, um *Seminário de Psicologia* onde, com o auxílio do professor e dos assistentes das cadeiras de Psicologia, terá possibilidades de preparar uma tese.

Anexo à Faculdade de Letras, funciona o Laboratório de Psicologia. Ministram-se aí, as aulas práticas.

Por iniciativa do Instituto de Alta Cultura, criou-se o «Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia», anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dentro das obras publicadas por este Centro, destacamos: Artur MOREIRA DE SÁ — *Inteligência e Personalidade*, Lisboa, 1963 e *I Curso Prático de Testes Mentais*, 1963. O Catedrático de Psicologia da Faculdade de Letras e Director do Laboratório de Psicologia, é o Professor Artur MOREIRA DE SÁ. Das investigações em curso salientamos: «Algumas das aferições (escalas de inteligência) já estão numa fase mais adiantada (WISC); outras porém estão no princípio, como é o caso da Escala de Inteligência de STANFORD-BINET, Forma LM — 1960 e da Escala de Inteligência de WECHSLER para adultos».

Devemos finalmente salientar que a Faculdade de Letras de Lisboa possui uma belíssima biblioteca legada pelo Professor Matos ROMÃO.

Tal conjunto de dados não é de molde a satisfazer-nos; mas não tendo obtido mais elementos através da carta que foi enviada<sup>6</sup>, não quisemos no entanto deixar de sublinhar o modo de proceder que mais conviria para um estudo desta natureza, que só de modo incompleto fizemos aqui. Haveria que reunir

<sup>6</sup> Já depois da realização deste nosso trabalho, recebemos do Dr. Joaquim Ferreira GOMES, a resposta à nossa carta-inquérito. Nessa resposta, respeitante à Faculdade de Letras de Coimbra, inclui-se:

a) Programa, bibliografia e notas da cadeira de Introdução à Psicologia (Primeiro Assistente, Dr. Joaquim Ferreira GOMES).

b) Projecto de reforma dos estudos para uma licenciatura em Ciências Psico-Pedagógicas (Dr. Joaquim Ferreira GOMES).

c) Programa das Cadeiras de:  
— Psicologia Escolar e Medidas Mentais  
— Pedagogia e Didáctica, do curso de Ciências Pedagógicas regido pelo Professor Doutor Emile PLANCHARD.

d) Bibliografia, notas, planos dos cursos.

e) Instituições Anexas: *Instituto de Estudos Psicológicos e Pedagógicos; Laboratório de Psicologia.*

obras, sumários, pedir entrevistas aos professores, isto de modo a ter, duma maneira segura, dados capazes de permitirem um estudo completo do ensino da Psicologia em Portugal.

Dum modo geral, que dizer sobre a reforma de 1957 e o ensino da Psicologia? Na realidade, bastar-nos-ia repetir o que em 1961 dissemos a propósito da Faculdade de Letras e do seu ensino: «não podemos esquecer o espantoso desenvolvimento das Ciências Humanas, Puras e Aplicadas, e, no entanto, entre nós existem apenas Faculdades de Letras. Portanto o problema não está nas cadeiras, ele é anterior às mesmas e põe-se ao nível de teorização da própria Universidade. É pois aos moldes que geraram a actual Faculdade (Reforma de 1957) que se deverá ir ver o que não foi «integrado» nem «desintegrado», como por exemplo: Sociologia (1.º caso) e 2.º caso: Psicologia, que ainda está incluída na secção de Filosofia (...)»<sup>7</sup>.

Hoje, acrescentaremos que haverá que criar *um ensino próprio de Psicologia* e mais adiante tentaremos dizer como. Desde já aduzimos que é urgente a estruturação de um Curso de Psicologia, mas também dos graus académicos respectivos. Sabemos, por exemplo, que a A. P. A.<sup>8</sup> recomenda aos seus membros o grau de Ph. D. para o exercício de determinadas especialidades, comó a Psicologia Clínica. Igualmente a reforma actual francesa prevê a «Maîtrise» para os psicólogos que se proponham carreiras de investigação, ao lado do doutoramento do 3.º Ciclo ou de Estado.

O recente decreto n.º 48 627, de 12 de Outubro de 1968, que desdobrou os cursos das Faculdades de Letras em dois ciclos, fazendo corresponder o grau de bacharel à aprovação no primeiro

f) Publicações: *Revista Portuguesa de Pedagogia* — Director: Prof. Dr. Emile PLANCHARD.

Posteriormente, quando o presente artigo já estava na tipografia, recebemos também, do Senhor Prof. Artur Moreira de Sá, a seguinte documentação:

a) Programa para 1968/69, bibliografia geral e bibliografia especializada sobre as diferentes partes do programa, da cadeira de Introdução à Psicologia (Dr. José Ferreira MARQUES);

b) Programa para 1968/69 e bibliografia da cadeira de Psicologia Experimental e Aplicada (aulas teóricas: Prof. A. Moreira de Sá; aulas práticas: Dr. J. Ferreira MARQUES);

c) Programa para 1968/69 e bibliografia da cadeira de Psicologia Escolar e Medidas Mentais (aulas teóricas; Prof. A. Moreira de Sá; aulas práticas: Dr.ª Maria José Cardoso de MIRANDA).

Na sua carta, o senhor Prof. Moreira de Sá informa que «o Departamento de Psicologia (da Faculdade de Letras de Lisboa) dispõe de laboratórios de Psicologia, Anfiteatros com visão num só sentido, Salas de testes individuais e colectivos, bibliotecas especializadas, etc.».

Agradecemos as informações recebidas.

<sup>7</sup> *Grafia*, n.º 1, Maio de 1961.

<sup>8</sup> American Psychological Association.

desses ciclos, situa as disciplinas de Psicologia no 1.º Ano (a Introdução à Psicologia) e no 2.º Ano (a Psicologia Experimental) do curso de Filosofia, ou seja: dentro do plano de estudos conducentes ao bacharelato em Filosofia. Simultaneamente, inclui a cadeira de Introdução à Psicologia entre as disciplinas de opção do 4.º ou 5.º Ano das quatro licenciaturas seguintes: «Filologia Românica», «Filologia Germânica», «História» e «Geografia». Deste modo, nenhuma alteração substancial se verificou ainda no estatuto universitário do ensino de Psicologia.

Voltando ainda às Faculdades de Letras, devemos falar do Curso de Ciências Pedagógicas. A sua duração é de um ano. Podem ingressar nele «os diplomados com cursos superiores e aqueles que satisfaçam os requisitos fixados nos artigos 228 e 229 do decreto n.º 37 029, de 25 de Agosto de 1948, para admissão no estágio para o Ensino Técnico Profissional e ainda os que satisfaçam as condições legais para concluir no ano de ingresso, um curso superior».

Sobre este curso, deve ler-se, do ponto de vista pedagógico e de formação dos professores, o estudo de Rui GRÁCIO<sup>9</sup>. No que conta para a Psicologia, diremos que inclui uma cadeira anual de Psicologia Escolar, que deverá servir de base aos futuros pedagogos, ou melhor: professores, do magistério secundário. Insuficiente base psicológica para os pedagogos e achega pequena para psicólogos.

Em suma: as datas de 1911, 1930, 1957 e 1958 podem analisar-se dentro dum mesmo critério: Psicologia para filósofos ou educadores e não Psicologia para psicólogos.

E, todavia, já em 1957, se declarava que «a estrutura dos estudos humanísticos, que consta da Lei orgânica das Faculdades de Letras em vigor, é sensivelmente a mesma do diploma de 1911» e que «as reformas de 1918 e 1930 pouco acrescentaram no que toca ao plano de estudos, ao elenco de disciplinas e ao regime docente. Entretanto o âmbito das ciências do espírito alargou-se consideravelmente (...)». Mas uma reforma que considere um ensino de Psicologia independente da Filosofia não surgiu ainda.

De facto, a reforma de 1957 nada de específico trouxe sobre o ensino da Psicologia, apesar de se reconhecerem os progressos «das ciências do espírito»: apenas beneficiou os outros cursos, Filosofia e História sobretudo. Sem ela, a formação dos psicólogos e o seu exercício profissional terá de fazer-se à custa de grandes sacrifícios e esforço próprio, que muitas vezes não são suficientes. Um ensino «permanente» na má acepção da palavra e uma constante «reconversão», espreitam o pobre licenciado em

<sup>9</sup> Rui GRÁCIO — «A Reforma das Faculdades de Letras e a Formação do Magistério Secundário», *Seara Nova*, 1959.

Filosofia que um dia teve a desdita de querer vir a ser psicólogo! Que dispêndio de forças e talentos, e quantos ficaram, ficam e ficarão pelo caminho! E isto, claro, na melhor das hipóteses, quando os que sentiram a fraqueza da sua formação procuram remediá-la!

#### d) Conclusão

O autor não ignora a importância do ensino numa disciplina como Pedagogia e Didáctica, ou História da Educação e, por vezes, tais cursos atingiram entre nós um alto nível. No entanto, nem o estudo da Pedagogia, nem o da História da Educação nos ocupa no presente artigo. Ao leitor interessado aconselhamos a leitura do artigo de Rui GRÁCIO, já citado.

Se atentarmos no texto da reforma das Faculdades de Letras de 1957, veremos que tal ensino não visa a formação de psicólogos e que três são as finalidades do ensino dessas Faculdades, segundo aquele diploma:

- 1.<sup>a</sup> — Preparação de um escol no domínio das Letras e da Cultura Humanística em sentido lato;
- 2.<sup>a</sup> — Preparação de professores de ensino secundário, particularmente de ensino liceal, e de peritos de outros ramos da vida cultural;
- 3.<sup>a</sup> — Aprendizado da investigação científica no âmbito das disciplinas aí professadas.

Sem sairmos do esquema que nos propusemos neste artigo, devemos referir que todo um outro estudo deveria prolongar o que fizemos — e esse seria o do ensino das Faculdades de Letras na sua relação com o problema da investigação em Portugal e no que se refere às, erradamente (por falta de melhor vocábulo), chamadas Ciências Humanas. Mas tal desenvolvimento é de momento impossível de abordar neste escrito.

Que concluir, pois, acerca do ensino da Psicologia nas Faculdades de Letras?

Essencialmente o seguinte: 1.<sup>o</sup>) A Psicologia não é ensinada num corpo próprio de disciplinas, mas integrada na Filosofia; 2.<sup>o</sup>) O seu ensino visa sobretudo a formação de professores; 3.<sup>o</sup>) Existem importantes limitações legais (textos das Reformas) ao ensino da Psicologia, pois nem a Psicologia Fisiológica, nem a Social, nem a da Criança (se tivermos em mente um ensino, já hoje ultrapassado, de Psicologia por cátedras) figuram nos programas.

### 3. A Psicologia nas Faculdades de Medicina<sup>10</sup>

A «Psicologia Médica», foi introduzida como cadeira com a reforma do Ensino Médico de 1955. Tal cadeira é ensinada no 3.<sup>o</sup> ano de Licenciatura em Medicina.

Do seu ensino, laboratórios anexos, publicações, etc., pouco poderemos aduzir, em virtude da falta de dados que, até esta altura, não nos foi possível coligir<sup>11</sup>.

Muito haveria a dizer sobre a Psicologia para Médicos. Tal disciplina é indispensável, quer na prática, quer na teoria das algumas Ciências que se incluem no heterogêneo corpo que se chama Medicina. EYSENCK vai ao extremo de dizer que cabia à Psicologia cientificar e sistematizar a Psiquiatria<sup>12</sup>. Do ponto de vista epistemológico sabemos o que EYSENCK quer dizer, bem como conhecemos o seu conceito de Ciência. Na realidade, porém, a Psiquiatria actual está longe de tal caminho. E a Psicologia Médica (tal termo terá uma denotação e um sentido unívoco?), que modelo terá a seguir? Não haverá aqui vários problemas a deslindar do ponto de vista epistemológico?

De momento, levantamos apenas os problemas inerentes à noção de Psicologia Médica. Remetemos o leitor para LAGACHE, EYSENCK, ZAZZO<sup>13</sup>, etc., que se ocupam de tal domínio, ou até para WEISTOCK, este último sobre o modelo médico em Psicopatologia.

Qual o espírito desse ensino entre nós? Segundo Camilo CARDOSO, «é uma Psicologia de tipo clínico com certa influência psiquiátrica, mas onde os grandes dados da Psicologia Experimental são abordados». De novo seríamos tentados a reabrir uma longa controvérsia entre psicólogos e psiquiatras acerca do termo Psicologia clínica. Recordamos que tais discussões são muito

<sup>10</sup> Comunicação pessoal do Dr. Camilo CARDOSO.

<sup>11</sup> Documentos amavelmente enviados pelo Professor da Cadeira de Psicologia, Prof. Dr. Luís de PINA, recebidos já depois da realização deste artigo:

- a) Guia para o Curso de Psiquiatria (onde se encontram dados para os programas, métodos e bibliografias);
- c) Aditamentos:
  - Laboratório de Psicologia,
  - Biblioteca,
  - Seminário de Estudos de Psicologia e Psiquiatria,
  - Centro Médico de Pedagogia e Saúde Mental;
- e) Temas propostos para as Aulas Práticas de Psicologia, bem como a Bibliografia respectiva.

<sup>12</sup> EYSENCK, H. Y. — *The Dynamics of Anxiety and Hysteria* — Routledge and Kegan Paul, London, 1957.

<sup>13</sup> EYSENCK, *ob. cit.*

ZAZZO — «Les ambiguïtés de la notion de Psychologie Clinique», *Bulletin de Psychologie*, n.º 5, tomo VII, 1954.

LAGACHE — *Bulletin de Psychologie*, Abril, 1956.



frutuosas ao futuro da Psicologia; mas elas visam sobretudo certos aspectos práticos e não tiveram ainda o tratamento teórico necessário. Com ZAZZO, diremos apenas que é uma noção ambígua.

#### 4. A Psicologia no plano de estudos do Curso de Serviço Social do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina

Este Curso de Serviço Social tem a duração de 4 anos e habilita ao título de Diplomado em Serviço Social. Nele se inclui, no 1.º Ano, uma cadeira de Psicologia do Desenvolvimento e do Comportamento e, no 2.º Ano, uma cadeira de Psicologia Social.

Tais cadeiras não visam a formação de psicólogos, mas sim de diplomados em Serviço Social.

Uma análise à Psicologia que tais técnicos devem conhecer para a sua teoria e prática profissional, não nos ocupa no presente escrito. Desde já nos parece importante a constituição dum corpo de disciplinas onde, por exemplo, ao nível duma futura licenciatura em Psicologia, haveria necessariamente uma cadeira ou cadeiras de Psicologia Social. Dessa falaremos na devida ocasião.

#### 5. A Psicologia no Plano de Estudos do Instituto de Estudos Sociais

A Psicologia, numa das suas aplicações, é incluída no plano de estudos do Instituto de Estudos Sociais, no 3.º ano (após os 2 anos comuns) dos Cursos de Administração Social de Empresas e de Política Social. Existe, pois, uma disciplina dita «Psicossociologia da Empresa»<sup>14</sup>.

Que dizer do ponto de vista do nosso objectivo?

Também tal instituição não visa a formação de psicólogos. Observações análogas às que fizemos para outros cursos são aqui válidas. O estatuto científico duma Psicologia social está longe de se constituir. Com mais segurança talvez hoje interesse trilhar por um caminho duma Psicologia social que utilize uma metodologia rigorosa, experimental, e que circunscreva bastante o seu âmbito de acção. Sabemos bem os impasses e as críticas a uma Psicologia Social *americana*.

A Psicologia Social para psicólogos deverá pois atender a todos esses factores. A dificuldade de certas aplicações da Psicologia neste caso, o da Psicologia Social, consiste sobretudo na confusão de métodos de níveis explicativos muito diversos, e duma prática não convenientemente assente em teorias bem elucidadas.

<sup>14</sup> Agradecemos ao Dr. Sedas NUNES toda a documentação que nos facilitou, não só desta instituição, mas também de muitas outras.

#### 6. A formação de psicanalistas

Em Portugal, fundou-se em 1957 a Sociedade Luso-Espanhola de Psicanálise e, em 1961, o Grupo de Estudo Português de Psicanálise, que actualmente se está tentando transformar em Sociedade Portuguesa de Psicanálise.

O ensino desta especialidade processa-se hoje através de seminários dirigidos, quer por psicanalistas portugueses, quer por um psicanalista francês<sup>15</sup>.

O estudo da Psicanálise merecia todo o amplo trabalho particularizado que não podemos fazer, por não termos qualificação, nem dados para tal. No entanto, como acabamos de dizer, a Psicanálise «teórica e prática» ensina-se entre nós em sociedades específicas, obedecendo aos moldes das suas congêneres no estrangeiro.

#### 7. A formação de grupo-analistas<sup>16</sup>

Incluída na Sociedade Portuguesa de Neurologia e Psiquiatria, foi criada em 1960 uma Secção de Grupo-Análise. Para além de objectivos de investigação e estudo, nos domínios da teoria psicanalítica aplicada a grupos, da psicologia de grupo e das técnicas terapêuticas, psicopedagógicas, psicossociais, etc., sob o ponto de vista da sua aplicação a grupos, a Secção visa, não só «a realização de sessões científicas, cursos, colóquios e seminários com fins informativos e também de formação e aperfeiçoamento das pessoas e entidades interessadas nos aspectos técnicos, teóricos e práticos da psicologia de grupo», como sobretudo «contribuir para a formação teórica e prática de pessoas interessadas na teoria e prática de técnicas grupo-analíticas» (ou seja: para a formação de grupo-analistas profissionais, devidamente habilitados e reconhecidos).

A preparação destes profissionais é assegurada através de seminários, de um curso sobre teoria e técnica grupo-analítica e psicanalítica (com a duração de três anos) e de uma grupo-análise didáctica a que todos os candidatos têm de submeter-se. Toda a formação de cada um destes é acompanhada por um supervisor designado pela Secção. Não se exige aos candidatos a uma formação grupo-analítica nenhuma preparação prévia especificamente orientada para esse domínio. É assim que tanto médicos, como psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros (curso complementar),

<sup>15</sup> Agradecemos ao Dr. João dos SANTOS as informações que teve a gentileza de nos enviar.

<sup>16</sup> Agradecemos à Doutora Maria Rita Mendes LEAL os dados que para nós coligiu e enviou.

érgo-terapeutas e mesmo indivíduos com formação em Filosofia ou Letras têm sido admitidos ao treino grupo-analítico da Secção. Esta acolhe-os ou não, com base no parecer de três grupo-analistas, que ela mesma designa e pelos quais o candidato deverá ser entrevistado.

Para que qualquer pessoa possa ser reconhecida como «membro pleno» (e portanto, como grupo-analista) da Secção, é necessário que a sua admissão seja aprovada «por votação de  $\frac{2}{3}$  da totalidade dos membros (plenos)» e que o candidato tenha: a) requerido por escrito a sua admissão; b) apresentado um «curriculum» da sua actividade com orientação grupo-analítica, indicando tempo de prática, características da actividade, número de grupos, seus participantes e sessões, nome do supervisor, tempo de supervisão e sua periodicidade; c) terminado o curso de formação da Secção sobre teoria e técnica grupo-analítica e psicanalítica; d) apresentado um trabalho que demonstre conhecimentos teóricos e práticos de grupo-análise; e) realizado entrevistas com três membros plenos da Secção, que não sejam o seu grupo-analista e o seu supervisor; f) apresentado uma declaração do seu supervisor em como tem supervisão regular da sua actividade grupo-analítica.

### 8. Os cursos do Instituto Superior de Psicologia Aplicada

Funcionando em Lisboa, este Instituto — que foi fundado pelas Congregações Religiosas de Portugal — tem por finalidade, segundo o seu Regulamento, «a formação de psicólogos através de um ensino teórico e prático, com o objectivo de preparar técnicos da especialidade devidamente qualificados e de acordo com as necessidades específicas do País». Numa das suas publicações, lê-se que «o I.S.P.A., aberto a tudo o que de positivo oferecem as modernas investigações psicológicas, psicopedagógicas e psicossociológicas e às novas técnicas de intervenção, integra-se nos princípios da antropologia e da mundividência cristãs».

O «curriculum» deste Instituto apresenta-se desdobrado em cinco Secções, a saber: — 1.ª) Geral — 2.ª) Psicopedagogia; — 3.ª) Psicologia Social; — 4.ª) Psicologia Aplicada ao Trabalho; — 5.ª) Psicologia Aplicada à Terapêutica. A Secção Geral constitui preparação obrigatória para as Sessões 2.ª, 3.ª e 4.ª, que representam especializações. A 5.ª Secção é considerada de *pós-graduação*, destinando-se, quer aos diplomados do próprio I.S.P.A. com qualquer das três especializações, quer a médicos, quer ainda a licenciados em Filosofia que possuam cumulativamente o Curso de Ciências Pedagógicas. Vemos, pois, que a programação do Instituto comporta *três graus*: formação geral, especialização, pós-graduação.

Dado que se trata da única instituição de ensino que, em Portugal, visa especificamente preparar psicólogos de várias especialidades, parece-nos indispensável transcrever, seguidamente, na íntegra, os respectivos planos de curso.

### PLANOS DE CURSO DO I.S.P.A. EM 1967-1968

#### a) Da Secção Geral

##### 1.º ano

- 1 — Psicologia Geral
- 2 — Psicofisiologia I
- 3 — Psicologia Diferencial
- 4 — Antropologia
- 5 — História da Psicologia
- 6 — Estatística e Probabilidades

##### 2.º ano

- 1 — Teoria e Prática de Testes
- 2 — Psicologia Social
- 3 — Psicofisiologia II
- 4 — Psicopatologia Geral
- 5 — Estatística Indutiva
- 6 — Cursos Livres

#### b) Da Secção de Psicopedagogia

##### 3.º ano

- 1 — Psicologia Genética
- 2 — Técnicas de Psicodiagnóstico
- 3 — História da Educação
- 4 — Filosofia da Educação
- 5 — Psicopatologia da Criança e do Adolescente
- 6 — Teoria e Prática da Orientação Escolar
- 7 — Fisiologia do Desenvolvimento da Criança e do Adolescente
- 8 — Pedagogia

##### 4.º ano

- 1 — Sociologia da Educação
- 2 — Psicodidáctica

- 3 — Psicologia Educacional
- 4 — Teologia da Educação
- 5 — Legislação e Organização Escolar
- 6 — Psicologia Religiosa
- 7 — Psicopedagogia de Grupo
- 8 — Seminário

c) *Da Secção de Psicologia Social*

3.º ano

- 1 — Sociogénese da Personalidade
- 2 — Sociologia Geral
- 3 — Metodologia das Ciências Sociais
- 4 — Técnicas de Psicodiagnóstico
- 5 — Teoria da Comunicação
- 6 — Dinâmica Pessoal-Grupal

4.º ano

- 1 — Sociologia do Trabalho
- 2 — Sociometria e Técnica de Grupo
- 3 — Metodologia da Psicologia Social
- 4 — Teoria do Desenvolvimento Social
- 5 — Psicologia Social Aplicada
- 6 — Seminário

d) *Da Secção de Psicologia Aplicada ao Trabalho*

3.º ano

- 1 — Dinâmica Pessoal-Grupal
- 2 — Sociologia Geral
- 3 — Fisiologia do Trabalho
- 4 — Técnicas de Psicodiagnóstico
- 5 — Estudo dos Mercados do Trabalho
- 6 — Análise de Postos de Trabalho
- 7 — Comunicação e Decisão na Empresa e Psicossociologia da Administração

4.º ano

- 1 — Psicopatologia do Trabalho
- 2 — Sociometria e Técnicas de Grupo
- 3 — Teoria e Prática da Orientação Profissional

- 4 — Sociologia do Trabalho
- 5 — Prospeção de Mercados e Dinâmica da Comercialização
- 6 — Psicossociologia da Empresa
- 7 — Seminário

e) *Da Secção de Psicologia Aplicada à Terapêutica*

(Curso de pós-graduação para médicos e licenciados em Filosofia, com o Curso de Ciências Pedagógicas)

1.º ano

- 1 — Psicologia Geral
- 2 — Psicologia Diferencial
- 3 — Antropologia
- 4 — Estatística e Probabilidades
- 5 — História da Psicologia

2.º ano

- 1 — Psicopatologia
- 2 — Psicologia Social
- 3 — Técnicas de Psicodiagnóstico
- 4 — Teoria e Prática de Testes
- 5 — Psicopatologia da Criança e do Adulto

3.º ano

- 1 — Complementos de Neurofisiologia
- 2 — Psicologia Clínica da Criança e do Adulto
- 3 — Complementos de Psicopatologia
- 4 — Técnicas Projectivas (complementos)
- 5 — Psicoterapia
- 6 — Seminário

f) *Da Secção de Psicologia Aplicada à Terapêutica*

(Curso de especialização e pós-graduação para Diplomados pelo I.S.P.A.).

- 1 — Complementos de Neurofisiologia
- 2 — Psicologia Clínica
- 3 — Complementos de Psicopatologia

- 4 — Técnicas Projectivas (complementos)
- 5 — Psicoterapia
- 6 — Seminário

De acordo com uma brochura editada pelo I.S.P.A., as três especializações visam os seguintes objectivos:

*Psicopedagogia:* formação de orientadores escolares e de trabalhadores especializados no rastreio das perturbações psicológicas do escolar e sua educação e reeducação, e ainda preparação para cursos especializados, tais como o curso de logopedistas, de reeducadores de motricidade, etc.;

*Psicologia Social:* formação de técnicos especializados na análise e previsão das acções do indivíduo no meio inter-humano, na dinâmica de grupo e nas técnicas de intervenção ao nível da sensibilização e da formação de grupo;

*Psicologia Aplicada ao Trabalho:* formação de técnicos na análise dos comportamentos humanos e inter-humanos em situação de trabalho, nas técnicas de selecção e de orientação e nas técnicas de intervenção ao nível dos grupos profissionais.

Para a matrícula na Secção Geral deste Instituto exige-se o curso complementar dos Liceus (em qualquer das alíneas a que se refere o decreto n.º 36 507, de 17 de Setembro de 1947) ou habilitação equivalente. A matrícula nas Secções de Especialização é reservada a quem haja obtido aproveitamento em todas as cadeiras da Secção Geral.

A obtenção do diploma de conclusão de curso é condicionada pelo aproveitamento em todas as cadeiras da respectiva Secção, pela prestação de exame sobre temas das cadeiras nucleares da especialização correspondente e pela defesa de uma dissertação original, preparada nos seminários do último ano, sobre um tema da especialidade.

O estatuto legal deste diploma não foi ainda oficialmente definido. De momento trata-se, pois, de um diploma meramente particular.

## 9. A Psicologia, na Escola Superior de Organização Científica do Trabalho

Segundo um folheto editado pelo Instituto Superior de Línguas e Administração, do qual a Escola Superior de Organização Científica do Trabalho faz parte, são objectivos fundamentais

desta última os seguintes: apresentar aos alunos uma panorâmica do contexto económico-social em que a empresa se insere; familiarizá-los com os métodos de formação e de aperfeiçoamento das relações humanas na empresa, da organização científica do trabalho e da administração racional hoje utilizada nas grandes organizações industriais, comerciais e administrativas dos países economicamente evoluídos; fornecer-lhes uma informação concreta e aprofundada, necessária ao exercício das profissões ligadas à administração, à organização e às relações humanas na empresa; revelar-lhes as vantagens da produtividade, levando-os, assim, a colaborar no seu desenvolvimento.

O ensino da E.S.O.C.T., ainda de acordo com aquele folheto, está estruturado com nível de ensino superior e organiza-se no sentido de abranger toda a problemática da empresa. Para acentuar aspectos mais estritamente técnico-administrativos e mais amplamente humanos enquadrou-se em duas secções: Administração e Psicologia. Na Secção de Psicologia foi localizada a Psicologia Industrial, atendendo às relações com os problemas de fisiologia e medicina do trabalho, ao ensino de testes psicológicos e abrangendo com especial desenvolvimento os domínios da selecção e orientação profissional, análise psicológica do trabalho, adaptação do trabalho ao homem e das relações humanas na empresa numa perspectiva psicossociológica.

Apresentamos, seguidamente, o elenco das disciplinas do 1.º ano, comum às Secções de Administração e de Psicologia, e do 2.º e 3.º anos da Secção de Psicologia.

### Plano dos Cursos

#### 1.º ano

- Introdução à Economia
- Introdução Matemática à Estatística
- Psicologia Geral
- Sociologia Geral (1.º semestre)
- Introdução à Sociologia Industrial (2.º semestre)
- Propedêutica Comercial
- Introdução ao Estudo do Direito

### Secção de Psicologia

#### 2.º ano

- Psicologia Industrial
- Testes Psicológicos

- Estatística Aplicada à Psicologia
- Fisiologia e Medicina do Trabalho
- Princípios de Administração
- Sociologia Industrial
- Estrutura e Organização da Economia Portuguesa

### 3.º ano

- Selecção e Orientação Profissional
- Análise Psicológica do Trabalho
- Psicologia da Personalidade e Psicologia Social
- Administração do Pessoal e Relações Humanas
- Estudo do Trabalho
- Direito do Trabalho
- Economia do trabalho e Segurança Social

A E.S.O.C.T., admite duas categorias de alunos: ordinários e livres. Podem ser admitidos como alunos ordinários os candidatos que possuam qualquer das alíneas do 7.º ano dos Liceus ou habilitação equivalente, e como alunos livres, os candidatos com a idade mínima de 21 anos que desejem frequentar os cursos com fins puramente formativos.

### 10. O curso de peritos orientadores do Instituto de Orientação Profissional «Maria Luísa Barbosa de Carvalho»

Este Instituto de especialização psicotécnica<sup>17</sup> tem a seu cargo, além doutras funções, «realizar exames de orientação profissional e de selecção mental dos alunos das escolas, proceder a todas as investigações científicas sobre as actividades profissionais e as aptidões que elas requerem, assim como sobre todos os problemas relativos à organização científica do trabalho nacional, e tomar todas as medidas necessárias para a difusão dos métodos científicos de orientação e selecção profissional, para o que organiza cursos especiais para a formação de peritos orientadores».

O decreto n.º 14 983, de 24 de Janeiro de 1928, conferiu a este Instituto, entre outras atribuições, a de organizar cursos especiais para a formação de *peritos orientadores*. Os decretos n.ºs 22 753 e 22 754, de 28 de Junho de 1933, vieram estabelecer as condições de organização e funcionamento desses cursos.

<sup>17</sup> Vd. MACHADO, Fernando F., *Possibilidades Educativas em Portugal*, cit., p. 164.

Segundo estes decretos, os cursos duram quatro semestres e compreendem:

- a) o estudo das disciplinas seguintes: Fisiologia, Sociologia, Psicologia, Economia e Estatística aplicadas à orientação e selecção profissionais, Organização da Orientação, da selecção e das técnicas Profissionais, Pedagogia do Trabalho Profissional;
- b) a realização de trabalhos práticos: prática de laboratório, inquéritos às profissões e mercado do trabalho, estabelecimento de monografias profissionais, estudo de processos de orientandos.

A estes cursos são admitidos até 10 candidatos, médicos e professores obedecendo às seguintes normas: 2 médicos, 3 professores do ensino secundário, 3 do ensino técnico e 2 do ensino primário.

Concluída a frequência, o aluno faz um exame final, de provas práticas, escritas e orais, no qual está compreendida a discussão e valorização dum trabalho original, de investigação experimental, de Psicologia aplicada à orientação ou à selecção profissionais. Aos candidatos aprovados é concedido um diploma de perito orientador.

### 11. O Curso de Magistério de Anormais do Instituto Aurélio da Costa Ferreira<sup>18</sup>

Ao Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, de Lisboa, estabelecimento integrado na acção educativa e pedagógica do Ministério da Educação Nacional, compete, não só seleccionar, observar e classificar os menores afectados de doenças mentais, e orientar os serviços do seu ensino, assistência, tratamento e reeducação, nas escolas especiais criadas pelo Dec. 35 801, de 13-VIII-946, mas também preparar o pessoal docente e técnico dos serviços referidos, mediante um Curso de Magistério de Anormais, criado pelo Dec. 32 607, de 30-XII-1947, e ainda promover estudos de especialidade nos campos médico-pedagógico e médico-social.

O Curso do Magistério de Anormais, nos termos do Dec. n.º 32 607, de 30-XII-942, e o Dec.-Lei 43 752, de 24-VI-961, é destinado a professores do Ensino Primário ou outro pessoal docente e técnico, a fim de os especializar neste ensino.

Os professores primários devem ter a classificação de 16 va-

<sup>18</sup> Vd. MACHADO, Fernando F., *op. cit.*, p. 165.

lores ou um curso superior. O limite máximo de idade é de 35 anos. É de 15 o número de candidatos a admitir à frequência do curso, devendo, pelo menos 6, possuir a habilitação para o magistério primário. Este curso tem a duração de um ano. O ensino é teórico e prático. A frequência é obrigatória.

O exame final é de provas práticas e orais, incluindo, além da parte teórica, a elaboração do relatório da observação psicológica e morfológica duma criança anormal, durante 90 minutos, e discussão desse relatório.

Aos alunos que concluírem este curso é passado um diploma, que é título de habilitações indispensável para o exercício do magistério em qualquer estabelecimento oficial ou particular de ensino ou reeducação de menores anormais, especialmente para a regência de classes especiais de crianças, nas escolas oficiais de ensino primário.

### III — PERSPECTIVAS

Duas perspectivas de estudo de um curso universitário de Psicologia serão de encarar nesta última parte do nosso artigo.

A primeira consiste em estudar, a partir das cadeiras já existentes, núcleos-base de determinado ensino, ou seja: como alargá-las de molde a poderem, sem uma grande reestruturação, preparar as bases de um Curso Superior de Psicologia. A segunda reside em enumerar as cadeiras ou cursos necessários que poderão servir de base à formação de psicólogos.

A primeira via corresponde ao tipo de ensino clássico ou de Faculdade, com cadeiras distintas. Tal modelo foi utilizado em França até 1966, ano em que se substituiu por um novo esquema o que vigorava desde 1947 e no qual grupos de cadeiras constituíam aquilo a que se chamava um certificado<sup>19</sup>. Esta seria uma solução: agrupar-se-iam cadeiras em certificados, podendo cada certificado pertencer a dois ou mais cursos.

Uma segunda via permite maior plasticidade ao ensino duma ciência que não se pode prever se será só Geral, ou Experimental, ou da Criança, etc., mas que propõe um número de disciplinas considerado necessário para a obtenção duma licenciatura ou dum grau superior. Este é o modelo mais seguido nos Estados Unidos e o que informou a reforma de 1966 em França.

<sup>19</sup> Para a licenciatura em Psicologia eram precisos cinco certificados: Psicologia Geral, Psicologia da Criança e do Adolescente, Psicologia Social, Psicofisiologia Geral e Psicofisiologia Comparada.

1. A Psicologia Geral — Introdução à Psicologia, isto é, o corpo de conhecimentos geralmente incluídos nessa disciplina, já existe entre nós. Mas, como dissemos, visa a formação de futuros licenciados em Filosofia. Mesmo para esses, não haveria, porém, grande perigo na extensão dessa disciplina. Assim, além de cursos de Metodologia (2 a 3 horas de laboratório por semana), deveria haver 2 horas de Estatística (neste caso ela prolongar-se-ia nos outros elencos de disciplinas, como veremos), apresentação de doentes e noções de Psicopatologia. Tal alargamento poder-se-ia estabelecer em colaboração com as Faculdades de Medicina. Não nos parece, pois, que o problema fosse muito difícil. Seguramente, haveria dificuldade em criar as horas necessárias para a Metodologia, encontrar um número suficiente de assistentes, obter salas para laboratório e para aulas de Psicologia Geral e Psicopatologia; mas como poderia fazer-se doutro modo?

A Psicologia da Criança e do Adolescente, com este título, não existe nas nossas Universidades. Nas cadeiras de Ciências Pedagógicas dão-se algumas noções de Psicologia da criança; mas a cadeira era e é Pedagogia e Didáctica. Neste caso, haveria mesmo de criar-se tal cadeira, que deveria incluir no seu âmbito, além das aulas teóricas (nunca menos de duas horas por semana), duas ou três horas de trabalhos práticos e de trabalhos dirigidos (escolas, creches, etc.) e, uma vez mais, a Estatística (programa continuando o da Estatística da Psicologia Geral).

Também seria necessária uma Psicopatologia: aulas teóricas sobre Psicopatologia ou Psiquiatria das crianças, e apresentação de doentes. De novo se põe um problema de colaboração com as Faculdades de Medicina, assim como o da criação de um grupo de assistentes capazes de proverem aos trabalhos práticos e às aplicações nas escolas, etc.

A Psicologia Social Geral e Aplicada não existe no plano de estudos das Faculdades de Letras, mas inclui-se nos de outras instituições. Optando pela sua criação, haveria igualmente, além das aulas «magistrais», as aulas de Metodologia (nunca menos de 3 horas semanais) e um programa avançado de Estatística.

Igualmente haveria de se prover à informação sobre ciências afins: Sociologia, Antropologia, Etnologia, etc.

A Psicologia Experimental, que já existe nos planos de estudos das Faculdades de Letras, deveria alargar-se, sobretudo as aulas práticas e laboratoriais (Metodologia e T. P.), de molde a completar a formação do futuro psicólogo. Este curso seria, pois, alargado e figuraria numa formação dupla, consoante as disponibilidades: como formação base e como especialização.

O mesmo com a Psicologia Escolar, que existe no curso de Ciências Pedagógicas. Tal disciplina poderia, ou incluir-se nos cursos de Psicologia da Criança, ou constituir uma especialização.

Em seguida entramos num campo onde nada conhecemos

feito nas Universidades portuguesas: o ensino superior ou de nível universitário de Psicofisiologia Geral e Comparada. Não poderá haver dúvidas de que hoje, sem bases sólidas de ciências ditas da Natureza, o psicólogo não poderá ter uma formação conveniente. Recordamos que, em certos países e universidades, se vai incluir a Anatomia, a Fisiologia e a Neuro-Anatomia nos seus planos de estudo, não só de licenciatura, mas até de doutoramento. É o caso da Universidade de Leeds (Inglaterra) e da de Lovaina<sup>20</sup>, para só falar daquelas que neste momento nos ocorreram, e para não falar apenas da Universidade de Paris, a única que directamente conhecemos. Assim e voltando ao nosso problema, como prover às bases dum estudo dessa natureza entre nós? Parece-nos que, neste ponto, o exemplo francês nos poderá ser útil. O ensino da Psicofisiologia far-se-ia com o apoio das Faculdades de Ciências e de Medicina, e sobre esse assunto valerá a pena notar as dificuldades dum ensino desse tipo, longo tempo tributário (em França, claro) dos seus primeiros cultores, isto é, de homens vindos da Zoologia ou da Biologia e que por isso estavam longe dos psicólogos. É FESSARD, actual Professor de Psicofisiologia, que no-lo recorda na *Revue de l'Enseignement Supérieur*.

Entre nós, começam a surgir cultores, sobretudo na Neurofisiologia. Porque não proceder, pois, de acordo com essas instituições: Faculdades de Medicina ou de Ciências, talvez até, como queria Edmundo CURVELO, a Escola de Medicina Veterinária? Na nossa modesta opinião, o ensino de Psicofisiologia deveria desdobrar-se em aulas teóricas, aulas práticas e preparações laboratoriais. Dariam uma base científica rigorosa aos futuros psicólogos e permitiriam o cultivo duma psicologia animal que, doutro modo, não se impõe facilmente. Como explicar convenientemente a motricidade, ou os reflexos condicionais, a linguagem ou as deficiências sensoriais, sem a referência exacta à Fisiologia ou à Neuro-fisiologia?

Falámos da Psicologia Geral, da Psicologia da Criança e do Adolescente, de Psicologia Social e de Psicofisiologia Geral e comparada. Claro que não fomos exaustivos; mas, sem esquecer outras disciplinas ou cursos, julgamos que estas se poderiam incluir nessas disciplinas ou núcleos, que depois agrupariam ainda outras matérias.

Isto quanto à formação de base. Como encarar as especializações? Não podemos, com efeito, deixar de recordar que as necessidades de psicólogos não se fazem sentir só ao nível da investigação

(se ela existe nestas ciências), mas também ao nível das suas *aplicações práticas ou imediatas*: na escola, no hospital, na fábrica, etc. Assim, haverá que avaliar detalhadamente a formação que habilita à profissão do psicólogo escolar, «clínico», industrial, social, experimental, etc. Julgamos que tal preocupação deverá estudar-se após este primeiro tratamento geral e requererá, para cada especialização, um grupo ou um especialista que melhor do que nós dirá que formação aplicada importará a esta ou àquela aplicação do saber.

2. A segunda achega ao problema surgiu-nos em 1965-66, quando em Paris preparávamos o nosso diploma no Instituto de Psicologia. Nascido duma preocupação teórica, tal programa viria a anteceder em muitos pontos o programa do ensino da Psicologia em França. Nenhum mérito especial temos: tais observações eram inevitáveis para quem tinha um mínimo de formação psicológica e seguira os debates que em França, desde 1956, se tinham vindo a fazer à volta da Psicologia. Se nos recordamos da formação esmerada dum PIÉRON, quer de Fisiologia, quer de Psicologia, não podemos deixar de a desejar para todos nós, única maneira de melhorarmos a nossa jovem e já pulverizada ciência.

Assim, nas nossas notas tínhamos, da seguinte forma, esquiçado um curso ou licenciatura em Psicologia:

## PROJECTO DO PLANO DE ESTUDOS DE UMA LICENCIATURA EM PSICOLOGIA

### Parte Geral

#### 1.º ano

- 1 — Fisiologia I
- 2 — Física-Química (Aplicada)
- 3 — Matemática
- 4 — Psicologia Geral
- 5 — Filosofia das Ciências
- 6 — Biologia

#### 2.º ano

- 1 — Fisiologia II (Psicofisiologia)
- 2 — Estatística I
- 3 — Psicometria
- 4 — Psicologia Animal (I)
- 5 — Semeiologia-Nosografia-Psiquiátrica

<sup>20</sup> Não resistimos à tentação de referir uma alínea de estudos do «Examen Complémentaire de Candidat en Psychologie» que, além de onze ou doze matérias, compreende: a) Biologie Générale compris l'hérédité; b) Anatomie et Physiologie. In Université de Louvain — Programme des Cours — 1966-67.

3.º ano

- 1 — Psicologia Infantil
- 2 — Psicologia Social I
- 3 — Psicologia Patológica
- 4 — Estatística II
- 5 — Neuro-fisiologia

*Especializações*

A. *Psicologia Patológica*

4.º ano

- 1 — Psicologia Patológica
- 2 — Psicologia Fisiológica Aplicada
- 3 — Psicanálise I
- 4 — Psicoterapia I
- 5 — Psicometria (Aplicada)
- 6 — Modelos de Investigação

5.º ano

- 1 — Metodologia
- 2 — Psicanálise II
- 3 — Psicometria II
- 4 — Psicofarmacologia
- 5 — Técnicas Projectivas
- 6 — Estágios

Diagnóstico  
Seminários Psicoterapia  
Socioterapia

B. *Psicologia Social*

4.º ano

- 1 — Psicologia Social (II) Aplicada
- 2 — Sociologia
- 3 — Dinâmica de Grupos
- 4 — Metodologia Aplicada
- 5 — Método dos Testes

5.º ano

- 1 — Psicologia Social Anormal

- 2 — Psiquiatria Social (Epidemiologia das Doenças Mentais)
- 3 — Modelos de Investigação
- 4 — Estágios. Seminários  
Opção  
Cursos de Rorschach e Técnicas Projectivas

C. *Psicologia Industrial e Aplicada*

4.º ano

- 1 — Fisiologia do Trabalho
- 2 — Psicologia Industrial
- 3 — Ergonomia
- 4 — Psicossociologia do trabalho
- 5 — Psicologia Experimental
- 6 — Orientação Vocacional
- 7 — Metodologia Aplicada
- 8 — Economia Política

5.º ano

- 1 — Psicologia Diferencial
- 2 — Psicopatologia do Trabalho
- 3 — Seminários

Orientação, selecção e reclassificação profissional  
Estudo de postos de trabalho e adaptação da máquina ao homem  
Gestão e problemas psicossociológicos do trabalho.

D. *Psicologia Fisiológica*

4.º ano

- 1 — Psicobiologia Infantil
- 2 — Fisiopatologia
- 3 — Neurofisiologia
- 4 — Electroencefalografia
- 5 — Psicologia Experimental

5.º ano

- 1 — Metodologia Aplicada
- 2 — Fisiologia do Trabalho
- 3 — Endocrinologia
- 4 — Cibernética



- 5 — Neuropsicologia
- 6 — Seminários

E. *Psicologia Infantil Normal e Patológica*

4.º ano

- 1 — Psicologia Genética
- 2 — Psicologia Infantil (II)
- 3 — Psicobiologia Infantil
- 4 — Psicopatologia Infantil
- 5 — Genética Aplicada
- 6 — Psicologia Pedagógica
- 7 — Neurologia Aplicada ou Introdução à Neurologia Infantil

5.º ano

- 1 — Metodologia Aplicada
- 2 — Modelos de Investigação
- 3 — Psiquiatria Infantil  
Seminário:
 

3 tipos	Surdos e Cegos Psicomotricidade Débeis, etc.
---------	--
- 4 — Psicoterapia

F. *Psicologia Pedagógica*

4.º ano

- 1 — Psicologia Infantil
- 2 — Psicobiologia Infantil
- 3 — Psicopatologia
- 4 — Metodologia Aplicada
- 5 — Psicologia Diferencial
- 6 — Orientação Escolar e Vocacional
- 7 — Psicopedagogia das Matérias Escolares
- 8 — Sociologia da Educação

5.º ano

- 1 — Pedagogia Especial  
Seminários: Dislexias, Disortografias, etc.  
Reeducação da escrita e da leitura, etc.

Supomos que este projecto — sem dúvida discutível pelos especialistas — poderia, ainda hoje, servir de ponto de partida para um útil debate.

BIBLIOGRAFIA

1. ANZIEU, D. e VOUTSINAS, D. — *Esquisse de la Psychologie Française Actuelle: 1945-1958*, Publ. du Groupe d'Études de Psychologie de l'Université de Paris.
2. BAIRRÃO, J. — «Nótula sobre o contributo de Delfim Santos à Epistemologia Psicológica» — *Revista Portuguesa de Psicologia*, n.º 1, Julho, 1967.
3. BAIRRÃO, J. — *Problemas de linguagem em Psicologia (Introdução ao Método em Psicologia Infantil)*, a publicar.
4. BAIRRÃO, J. — in *Grafia*, n.º 1, 1961.
5. BARAHONA FERNANDES — «Psicologia e Ciências Humanas» — *O Tempo e o Modo*, 1966.
6. BARAHONA FERNANDES — «A Sociedade Portuguesa de Psicologia e os seus problemas» — *Revista Portuguesa de Psicologia*, n.º 1, Junho 1967.
7. CURVELO, E. — *Fundamentos Lógicos da Psicologia*, Coimbra, 1946.
8. CURVELO, E. — *Os Principios da Logificação da Psicologia*, Lisboa, Ática, 1947.
9. CURVELO, E. — *Opúscula Psicológica I*
10. CURVELO, E. — «Da Teoria e da Prática da Psicotécnica» *Boletim do Instituto de Orientação Profissional* — 3.ª série, n.º 1, Lisboa, 1950.
11. DAVID, H. P. — *International Resources in Clinical Psychology*, McGraw Hill Series in International Development, London, 1946.
12. GRÁCIO, R. — «A Reforma das Faculdades de Letras e a Formação do Magistério Secundário» — *Seara Nova*, 1959.
13. LIMA, S. — *A Psicologia em Portugal*, Coimbra, Biblos, 1949.
14. MACHADO, F. Falcão — *Possibilidades Educativas em Portugal* — Instituto de Orientação Profissional, Lisboa, 1966.
15. *Bulletin de Psychologie* — X — 5, Fevereiro de 1957.
16. *Bulletin de Psychologie* — «Esquisse de la Psychologie Française Actuelle 1945-1958» (n.º especial).
17. *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa publicada no ano de 1911. Segundo Semestre*. Lisboa. Imprensa Nacional, 1934.
18. *Diário de Governo* de 30-X-1957 — Decreto n.º 41 341.
19. *Enseignement, Statuts et Débouchés de la Psychologie*, 1.º e 2.º Fascículos, *Bulletin de Psychologie*, 1956 e 1957.
20. *Guia Prático do Estudante* — Universidade de Lisboa, 1933.
21. *Guia da Universidade de Lisboa*, 1964.